

ALIADOS EM CRISE Empresas receberam verba sem produzir durante ao menos oito anos; Incra reclamava posse de áreas CPI encontra fraude envolvendo a Sudam

KÁTIA BRASIL

DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS

Uma comissão de deputados da CPI da Grilagem de Terras Públicas na Amazônia fez uma vistoria buscando dados sobre apropriação ilegal de terras da União e acabou achando indícios de uma suposta fraude envolvendo a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

De 1972 a 99, as empresas Companhia Amazonense Agroindustrial S/A e Agroindustrial Manacapuru S/A, ambas do empresário Aloysio Serwy, receberam da Sudam R\$ 25 milhões, em valores atualizados. Pelo que constatou a vistoria, realizada no fim-de-semana, há pelo menos oito anos não produzem nada.

A CPI chegou até lá porque há 18 anos o Incra reclama a posse das áreas (leia texto nesta página).

Os dois projetos estão situados no município de Manacapuru (80 km a oeste de Manaus). Lá, os deputados, acompanhados de agentes federais, encontram as pastagens da Companhia Amazonense, que recebeu um total de R\$ 4.884.377,16, cobertas por um matagal de cerca de 1 metro de altura e nenhum boi. Nas casas destinadas aos funcionários há plantações naturais de abóboras. Nenhum empregado estava lá.

A situação do projeto de plantação de dendê, da empresa Agroindustrial Manacapuru S/A, é pior. As edificações para construção de galpões foram destruídas pela ação do tempo. Os deputados tiveram de entrar no mato para encontrar as plantações de dendê. A empresa recebeu um total de R\$ 19.871.753,63, sendo que a última liberação, de R\$ 3.313.284,00, ocorreu em 1999 para a compra de uma usina de beneficiamento.

Gerente operacional das empresas há dez anos, Marcos Antônio de Souza tentou convencer os deputados de que os projetos estariam paralisados há três anos, mas não convenceu. Segundo ele, as usinas estariam em São Paulo.

"Mas desde 1999?", perguntou a deputada Vanessa Grazziotin, (PC do B-AM) sub-relatora da CPI. "O dendê está produzindo, deputada, mas não estamos colhendo", respondeu Souza, afirmando que no local havia 1.600 cabeças de gado, embora não fossem visíveis.

O presidente da CPI, deputado Luciano Castro (PFL-RR), pretende convocar os diretores das empresas. "Vamos investigar a legalidade da terras e a obtenção dos financiamentos da Sudam."

Encontrado em Brasília, o procurador das empresas, André Serwy, disse, por telefone, que a comissão não tem poder legal de investigar projetos da Sudam.

"A CPI é da grilagem. Não recebi incentivo em cima de terras problemáticas. Legitimamente não sei se a CPI pode se estender ao problema da Sudam. A Sudam,

Terrenos foram invadidos por sem-terra

DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS

A CPI da Grilagem chegou às terras das empresas Manacapuru e Amazonense por meio de uma cobrança antiga. Há 18 anos o Incra pede, na Justiça, a reintegração das terras à União. Hoje, as terras estão invadidas por 405 famílias de sem-terra.

O processo de reintegração tramita no STJ (Superior Tribunal de Justiça). "As terras são da União e pedimos o cancelamento desses registros", disse Mário Braule Pinto da Silva, procurador regional do Incra.

Segundo ele, as empresas se valeram de um título de aforamento doado, em 1972, pela Prefeitura de Manacapuru para registrar as terras em 1976 e 77 no cartório da cidade. O Incra quer a anulação dos títulos. O procurador das empresas, André Serwy, disse que os títulos das terras são legais.

Os sem-terra mantêm lavouras na área desde 1994, mesmo sem financiamento.

Prisão

Falb Saraiva de Farias, 66, apontado como o maior grileiro do país, está preso com outros 36 detentos na penitenciária Raimundo Pessoa, em Manaus. Ele dorme no chão. Há uma semana, em uma rebelião, os presos queimaram os colchões.

Para seus advogados, ao dividir a cela com acusados de homicídio e tráfico, Falb corre risco de vida. Mas eles ainda não pediram revogamento da prisão preventiva.

A CPI da Grilagem pediu a prisão de Falb após ele depor e confirmar que participou de um esquema de grilagem, embora negue ter culpa, e dizer que tem R\$ 3,5 milhões de patrimônio não declarado à Receita em 1998 e 1999.

Falb não tem curso superior e só poderá receber visitas em dez dias.

acredito, está à disposição deles para dar as informações necessárias", afirmou Serwy.

A Sudam informou que fez 12 fiscalizações nos projetos, mas no relatório só em 20 de novembro de 2000 enquadró a Agroindustrial Manacapuru na lista de projetos irregulares. A situação da outra empresa, Companhia Amazonense Agroindustrial S/A, está regular, diz a Sudam.



Deputados fazem vistoria em local onde deveria haver plantação de dendê de empresa que já recebeu quase R\$ 20 milhões da Sudam

PF investiga empresas de amigo de Jader no PA ACM pede apuração de projetos excluídos

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Polícia Federal investiga ao menos três das 12 empresas de José Soares Sobrinho, apontado como operador político em Altamira (PA) do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e acusado de envolvimento em fraudes na Sudam.

O conjunto de empresas de Soares Sobrinho e a grande liberação de recursos para uma só região — Altamira — também chamaram a atenção do grupo especial de trabalho, que por 90 dias apurou irregularidades na Sudam.

O relatório do grupo, divulgado semana passada, aponta "falta de critérios na seleção e aprovação de projetos, levando à concentração de elevado número para uma determinada região". Altamira é a primeira da lista de sete cidades em que houve esse problema.

Segundo a revista "Época" desta semana, o projeto que mais chama a atenção em Altamira é o Frango Modelo, que recebeu R\$ 1,7 milhão em 1998 e mais R\$ 4,2 milhões em abril de 1999. Apesar de toda a verba liberada, existe apenas uma placa da Sudam pró-

xima à área, perto do aeroporto da cidade, indicando o local do projeto — que não saiu do papel.

A Frango Modelo também aparece num relatório de auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno, de 1999. Ela é uma das 14 empresas em que "restaram comprovadas irregularidades" e para as quais há a sugestão para que sejam cancelados os incentivos.

Soares Sobrinho seria amigo de Jader desde os anos 80, quando o senador governava o Pará. A amizade tornou-se aliança política e, no ano passado, Jader foi três vezes a Altamira apoiar o candidato do empresário à prefeitura.

As três empresas que a PF investiga estão na lista de 32 citadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) por irregularidades na captação de recursos da Sudam. Elas estão localizadas em Paraíso do Tocantins (a 70 km de Palmas) e estariam "aptas" a receber R\$ 14,2 milhões de incentivos.

São elas: Paraíso Agroindustrial de Alimentos S/A, Refrigerantes Xuf S/A e Frango Líder S/A. Segundo dados da Sudam, apesar de elas só existirem no papel, teriam recebido cerca de R\$ 2 milhões.

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) vai cobrar do ministro Fernando Bezerra (Integração Nacional) investigação dos projetos financiados pela Sudam que foram excluídos da primeira auditoria, entre eles os do empresário paraense José Soares Sobrinho.

"Os desvios são dez vezes mais do que esses apontados na primeira auditoria (R\$ 108 milhões). Fizemos (as investigações) por amostragem e não pegamos os tubarões", afirmou ACM, que nesta semana vai apresentar requerimento de informações a Bezerra e fará discurso sobre o assunto.

Segundo a revista "Época" desta semana, Sobrinho é amigo do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA) e seu principal aliado político em Altamira (PA).

A família do empresário teria projetos financiados pela Sudam no Pará, em Macapá (AP) e no Tocantins. Em Paraíso (TO), seriam três — Paraíso Agroindustrial, Frango Líder e Refrigerantes Xuf —, que custariam aos cofres públicos R\$ 14,2 milhões.

Segundo a revista, as empresas foram registradas em nome de "laranjas" e os projetos não saíram do papel. Os projetos não apareceram no relatório da auditoria realizada pelo Ministério da Integração Nacional concluída em 12 de março, que apontou irregularidades em 29 projetos.

O senador Jader Barbalho chamou de "ridículas" e de "leviandade" as denúncias da "Época". Disse que conhece Sobrinho, mas negou ter feito gestões para beneficiá-lo junto à Sudam.

"Não tem o menor fundamento. Conheço esse empresário como centenas de outros no país. Isso é ridículo. Faz parte de uma campanha de quem ainda não aceitou a minha eleição a presidente do Senado", afirmou Jader.

O presidente do Senado lembrou que o seu nome não apareceu nenhuma vez no inquérito da Sudam. "O resto é leviandade, é especulação", disse.

Quanto à CPI, Jader ameaçou assinar o requerimento. "Continuo disposto a colaborar. Vou conversar com companheiros de partido, mas minha tendência é assinar", afirmou.